**Avanços neoliberais no Conselho Nacional de Educação: análise do Parecer
Nº 05/2020****Neoliberal advances in the National Council of Education: analysis of Opinion
Nº 05/2020**

DOI:10.34117/bjdv6n9-087

Recebimento dos originais: 08/08/2020
Aceitação para publicação: 03/09/2020**Renata Souza de Lima**

Mestranda em Educação

Instituição: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas –
UFALEndereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57072-970
Email: rsouzalima51@gmail.com**Ana Carolina de Oliveira Nunes Pereira**

Mestranda em Educação

Instituição: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas –
UFALEndereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57072-970
Email: lina_oliveiranunes@hotmail.com**Paulo Ricardo Silva Lima**

Mestrando em Ciência da Informação

Instituição: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de
Alagoas – UFALEndereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57072-970
Email: pauloricardo.admpublic@gmail.com**Sheyla Maria Rodrigues da Silva**

Pedagoga

Instituição: Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57072-970
Email: sheylarodrigues63@gmail.com**RESUMO**

O presente artigo busca compreender como vem se dando a influência neoliberal no Conselho Nacional de Educação (CNE), pós golpe de 2016. Em especial, em como se dá essa interferência na atuação do CNE durante a Pandemia COVID-19. Para tanto, inicia-se com breves considerações acerca do aprofundamento da agenda neoliberal para a educação no contexto político e social pós-golpe de 2016, para a seguir expor as mudanças antidemocráticas ocorridas na composição do CNE quando da posse do Presidente Interino Michel Temer. É analisada a influência neoliberal no Parecer nº 5/2020 de autoria do CNE editado durante a Pandemia do Coronavírus. Para realizar este estudo nos fundamentamos nas obras de SANTOS (2020), ADRIÃO (2018), LOMBARDI

(2018), NEVES (2005) entre outros. A presente pesquisa é de natureza qualitativa, fundada na análise de conteúdo auxiliada pelas técnicas de pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: Educação Brasileira. Neoliberalismo. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 5/2020. Pandemia COVID-19.

ABSTRACT

This article seeks to understand how the neoliberal influence in the National Council of Education (CNE) has been taking place after the 2016 coup. In particular, how this interference in the CNE's performance during the COVID-19 Pandemic is taking place. To this end, we begin with brief considerations about the deepening of the neoliberal agenda for education in the political and social context after the 2016 coup, and then expose the anti-democratic changes that occurred in the composition of the CNE when Acting President Michel Temer took office. The neoliberal influence of the CNE's Opinion No. 5/2020, published during the Coronavirus Pandemic, is analyzed. This study is based on the works of SANTOS (2020), ADRIÃO (2018), LOMBARDI (2018), NEVES (2005) among others. This research is of qualitative nature, founded on the analysis of content aided by bibliographical research techniques.

Keywords: Brazilian Education. Neoliberalism. National Council of Education. Opinion nº 5/2020. Pandemic COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

As reformas no âmbito educacional brasileiro, desde muito tempo, são marcadas por interesses de cunho capitalista (individuais e coletivos). Esta concepção de educação voltada para os anseios e desejos do capital vem se aprofundando no cenário nacional. Os avanços conquistados nos governos petistas foram, por estes próprios governos, contrabalanceados por concessões ao capital na forma de intervenção da iniciativa privada no setor público, como no caso do PROUNI¹, FIES² e as inúmeras parcerias público privadas desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais.

Com o golpe de 2016, mesmos esses poucos avanços conquistados nos governos do PT, se mostraram reversíveis³. Os grandes conglomerados empresariais, com apoio de partidos políticos

¹ Segundo o site do programa o “Programa Universidade Para Todos (PROUNI) promove o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular. [...]realiza importante trabalho de inclusão social pela concessão de bolsas de estudos de 50% e de 100% em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.” Disponível em: <https://www.prouni.com.br/o-que-e-prouni/>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

² Segundo o site da instituição: “O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. Disponível em: <http://fies.mec.gov.br/>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

³ “até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis), obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de Autoexpansão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

e membros dos três poderes, passaram a intervir mais intensamente nas questões educacionais do país, gerando assim desconforto entre sindicatos, professores, pesquisadores e defensores da educação pública (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017).

Deu-se o desprezo pela política do consenso petista. A partir do golpe de 2016, a tomada de decisões sobre os rumos da educação brasileira aprofundou seu caráter antidemocrático, conservador e autoritário. Passo a passo a educação vem sendo dilacerada pelo neoliberalismo capitalista, cujo objetivo principal é a crescente privatização da educação brasileira.

É oportuno trazer à baila que, com o golpe de 2016, os discursos de privatização do setor público foram pautas principais do novo governo, principalmente no campo da educação e da saúde pública, pois estes dois serviços carecem de altos investimentos. Os fundamentos para a crescente privatização foram traçados na aprovação da Emenda Constitucional nº 95 – conhecida como a emenda do teto dos gastos públicos - que determinou congelamento nos investimentos em educação pelos próximos vinte anos. Nesse sentido:

O projeto neoliberal impõe a mercantilização da educação e de vários outros serviços públicos no Brasil e no mundo. Em 2014, as despesas correntes e os investimentos educacionais somaram 6,2% do PIB, sendo, portanto, um “mercado” bastante promissor para os investidores nacionais e internacionais. (CNTE, 2017, p. 745).

A educação por muito tempo tem sido tratada como mercadoria, privatizável, fazendo com que as políticas públicas de educação sejam reestruturadas para atender aos poderosos empreendedores na condição de influenciadores, beneficiados direta e indiretamente, através de contratos e concessões, o que coloca em xeque o futuro da educação brasileira. Adrião (2018) compreende que a privatização ocorre em três principais eixos, a saber: na oferta educacional, na gestão da educação pública e no currículo.

Desta forma, o referido estudo tem como objetivo compreender como vem se dando a influência neoliberal no Conselho Nacional de Educação - CNE, pós golpe de 2016. Em especial, analisaremos como ocorre essa interferência na atuação do CNE durante a Pandemia COVID-19. Para tanto, fora realizada uma pesquisa bibliográfica, que trata de um conjunto de procedimentos que pretendem identificar o que já foi produzido sobre determinado assunto, principalmente em livros, artigos, com a finalidade de analisá-lo (GIL, 2008). Também se trata de uma pesquisa do tipo documental, que objetiva examinar “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...]” (ibid, p.51).

2 INTERVENÇÃO PRIVADA NA EDUCAÇÃO PÓS GOLPE DE 2016

Quanto a oferta educacional, a supracitada autora compreende que esta ocorre quando há incentivo à criação de unidades escolares com fins lucrativos, quando o setor privado recebe benefícios para manter numa relação público-privado e quando há a criação de escolas com recursos públicos por meio de convênios. A gestão da educação pública sofre privatização quando há uma transferência da gestão escolar para unidades com fins lucrativos. Já o currículo é privatizado quando os desenhos curriculares e tecnologias são elaborados pelo setor privado (ADRIÃO, 2018).

A interferência do setor privado no currículo da educação pública brasileira também foi apontada expressamente por Peroni, Caetano e Lima (2017, p. 418) na gestão do Presidente golpista Michel Miguel Elias Temer Lulia, para os autores:

Os principais envolvidos no processo de construção de uma base nacional comum curricular e do novo ensino médio se apresentam como sujeitos individuais ou coletivos através de instituições públicas e privadas que atuam no setor educacional, institutos e fundações ligados a grandes empresas nacionais e internacionais, bem como instituições financeiras ligadas ao mercado de capitais, visando construir um projeto hegemônico de educação e de sociedade.

Em 2016, foram desenvolvidos pelo MEC os programas: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Reforma do Ensino Médio. Em ambos, não houve participação ativa da sociedade, apenas uma imposição de ideias de grupos econômicos sem se analisar as necessidades dos indivíduos que serão diretamente atingidos. Como assegura Bezerra e Araújo (2017, p. 614):

O alinhamento entre empresários e governo não é mera casualidade, mas resultado da interlocução e trânsito que possuem dentro dos centros de poder, o que os coloca (em comparação com outros atores, como associações acadêmicas e profissionais) em situação privilegiada na disputa do campo educacional.

Entidades como Banco Itaú, Fundação Carlos Chagas, Bradesco, Roberto Marinho, Telefônica VIVO, ABC e editora Moderna juntamente com o movimento Todos Pela Educação estiveram em sintonia nos últimos anos para aprovar as propostas de privatização e retrocesso em políticas públicas educacionais (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). No mesmo sentido, Carvalho (2018, p. 105) entende que “[...] esse envolvimento tem ocorrido por meio da atuação de empresas privadas em fundações, institutos e ONGs, as quais vêm assumindo um papel na coordenação (monitoramento/controle de metas e resultados) e na execução de ações [...]”.

Essa interferência do setor privado deslegitima a luta que busca garantir de forma igualitária e gratuita o acesso universal a uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, é notório observar que “[...] a educação pública vem sendo duplamente atacada: por um lado, torna-

se mercadoria no balcão de negócios e ações das grandes corporações de ensino privadas; por outro, como tendencialmente ocorre em períodos golpistas [...]” (LOMBARDI; LIMA, 2018, p.48)

Além dessa mercantilização da educação afetar a qualidade do ensino público, as propostas de privatização também acabam influenciando na atividade da classe de trabalhadores da educação, o que colabora para um “ [...] quadro de precarização e de instabilidade pode vir a agravar se as parcerias com o setor privado forem intensificadas e ampliadas, conforme estamos prevendo[...]” (PIOLLI, 2018, p. 103). Nesse sentido, há diversas perdas de direitos, atuação e qualidade quando se pensa em privatização em um país marcado pelas profundas desigualdades sociais, que só vem se aprofundando⁴ com o crescente avanço das políticas neoliberais impostas pelos governos pós golpe de 2016. Orso nos alerta “[...] no momento em que necessitaríamos de mais e melhores escolas, de conhecimento mais elaborado, o governo anda exatamente na contramão e impõe uma reforma anacrônica e atrasada [...]” (2017, p. 69).

Sem dúvida alguma um dos espaços onde deu-se esse retrocesso privatista foi o Conselho Nacional de Educação. Em maio de 2016, antes de ser afastada da presidência a Presidenta Dilma Rousseff indicou 12 (doze) conselheiros para o órgão. Menos de um mês depois o Presidente Interino Michel Temer revogou as indicações e promoveu novas indicações.

3 MUDANÇAS PÓS-GOLPE DE 2016 NO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para efeitos de delimitação do escopo da presente pesquisa, enfatizamos que o recorte temporal se dará de 2016 até meados de 2020, pensando especificamente nas ações advindas do Conselho Nacional de Educação – CNE. Sendo assim, desde o golpe de 2016 a educação sofre um desmonte que repercute nas políticas públicas, voltadas tanto para a Educação Básica quanto para o Ensino Superior. O quadro educacional do Brasil atual nos proporciona reflexões acerca das propostas governamentais ressaltadas no governo Temer e que permanecem no governo Bolsonaro.

Neste cenário, salientamos que o Conselho Nacional de Educação cujo objetivo é “[...] a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade [...]” (MEC, 2018), é o órgão responsável em nortear ações que favoreçam à educação.

⁴ Em 2018, o percentual de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza chegou ao patamar recorde de 6,5%. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html. Acesso em 03 de agosto de 2020.

No entanto, para que houvesse um melhor direcionamento no sentido educacional os representantes, em aspecto geral, deveriam ser sujeitos cujas formações correspondessem ao campo educacional, mas o que notamos de modo geral, é que a comissão é composta em sua maioria, por sujeitos do campo da economia e por sujeitos do campo da educação.

Atribuímos à vista disso as intervenções advindas do governo Temer que estão relacionadas diretamente às nomeações dos conselheiros. Nomeações essas que devem ser realizadas por meio das indicações de entidades civis (UNE entre outras).

Quadro nº 01 – Nomeações dos conselheiros do CNE com base nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro (atual).

Governo Dilma 2011 - 2016	Governo Temer 2016 - 2018 (Presidente Interino)	Governo Bolsonaro 2019 - (atual)
Em maio de 2016 a Presidenta Dilma nomeou 24 Conselheiros – de acordo com os dados obtidos ⁵ - esses conselheiros foram escolhidos entre as indicações de 39 entidades civis de educação, respeitando a participação social.	Revogou a nomeação de 12 conselheiros, dos 24 nomeados um mês após sua indicação, pela então Presidenta Dilma Rousseff.	Permanece os conselheiros nomeados em 08 de outubro de 2018. Mandatos de quatro anos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados mostram que, após o golpe de 2016 houveram mudanças na forma de condução dos conselheiros e essas mudanças implicaram diretamente nas propostas e ações em desenvolvimento. Após, revogar a nomeação de 12 conselheiros, Temer, o presidente provisório e interino, inicia com um projeto político que se alinha com as perspectivas conservadoras, esta

⁵ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/temer-desmonta-metade-do-conselho-nacional-de-educacao-a-pedido-de-mendonca-filho/>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

atitude antidemocrática⁶ do Presidente Interino marca o tom do seu governo para as políticas da educação. Tom este que permanece e se consolida no governo Bolsonaro.

Dentre os nomeados para os cargos de conselheiro encontram-se os seguintes nomes: Eduardo Deschamps, Maria Izabel Noronha, Alessio Costa Lima e Gersem Luciano, para a Câmara de Educação Básica do CNE, e de Luiz Roberto Curi, Maria Lúcia Neder e José Loureiro Lopes para a Câmara de Educação Superior.

Mediante as nomeações o MEC afirma que:

A decisão foi tomada com base em pareceres jurídicos da Ministério da Educação, da Advocacia-Geral da União e respaldados pela subsecretária de assuntos jurídicos da Presidência da República. [...] Alegando que as nomeações foram feitas por Dilma "no apagar das luzes" do governo. (TOKARNIA, 2016).

Esta pequena retomada histórica recente dos acontecimentos envolvendo o Conselho Nacional de Educação foi necessária para embasar a análise que faremos a seguir do Parecer nº5/2020, emitido pelo CNE e homologado pelo Ministro da Educação. que dispões sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

4 PARECER Nº5/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Este Conselho, durante a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) vem editando uma série de documentos para disciplinar a resposta governamental às consequências da Pandemia. Em especial, as consequências oriundas das novas regras sanitárias de isolamento social e proibição da aglomeração de pessoas.

Um desses documentos foi o Parecer nº 5/2020 que dispões sobre a “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19⁷.” (CNE, 2020). Antes de adentrarmos a análise do referido parecer gostaríamos de realizar algumas considerações sobre os membros do CNE responsáveis pela elaboração do Parecer nº5/2020.

⁶ Opinião externada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) em seu site. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/cne-conselheiros-avaliam-que-revogacao-de-indicacoes-mostra-ato-antidemocratico-do-governo>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 de julho de 2020.

Quadro nº 2 – Representantes do Conselho Nacional de Educação integrantes da comissão responsável pelo Parecer nº 5/2020

Nomes	Funções
Roberto Liza Curi	Presidente
Eduardo Deschamps e Maria Helena Guimarães de Castro	Relatores
Ivan Cláudio Pereira Siqueira	Membro

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nas funções desses sujeitos, pontuamos os aspectos referentes à formação dos mesmos, pois nos proporcionam embasamento para interferências, acerca das propostas e objetivos do parecer de nº 05/2020.

Quadro nº 3 – Formação Acadêmica dos conselheiros

Conselheiros	Formação Acadêmica
Luiz Roberto Liza Curi (Presidente) ⁸	Doutor em Economia - UNICAMP Sociólogo.
Eduardo Deschamps (Relator) ⁹	Doutor em Engenharia Elétrica – UFSC; Professor Titular da Universidade Federal Regional de Blumenau. Palestrante do Todos pela Educação.
Ivan Cláudio Pereira Sequeira (Membro) ¹⁰	Graduação em Licenciatura Plena em Português e Inglês. Doutor em Letras – FFLCH/SP; Especialista em Música e História da Arte, Berklee College of Music – EUA.
Maria Helena Guimarães de Castro (Relatora) ¹¹	Professora aposentada; Especialista em Educação; Socióloga; Graduada e Mestre em Ciências Sociais – UNICAMP; Membro fundador do Todos pela Educação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas um dos conselheiros responsáveis pela elaboração do Parecer nº 5/2020 tem formação inicial – graduação - em pedagogia ou alguma das licenciaturas

⁸ Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/10705417/luiz-roberto-liza-curi>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/353575/eduardo-deschamps>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797266Y2>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

¹¹ Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1267329/maria-helena-guimaraes-de-castro>. Acesso em 08 de julho de 2020.

Ao desenvolverem o parecer de nº 5/2020 e seus objetivos para a execução do calendário escolar de 2020, com base no isolamento social que estamos vivenciando devido à pandemia. Percebemos que as propostas não levam em consideração o contexto e a situação de vulnerabilidade social dos sujeitos, por mais que venham expondo em linhas gerais, as ações de certo modo, prejudicam inúmeros alunos, que estão excluídos do acesso aos recursos tecnológicos, e financeiros necessários a permanência na escola telepresencial.

Os conselheiros mencionados possuem formação diversa, neste sentido destacamos a formação do atual presidente do CNE, o qual é economista, e seus princípios estão alicerçados em questões econômicas. As reflexões pedagógicas, metodológicas, didáticas no sentido educacional deveriam ser pensadas por sujeitos formados em Educação.

Como se não bastasse o alinhamento do CNE com o setor privado. O próprio Ministério da Educação, desde a posse do governo Bolsonaro, se encontra numa situação de caos, foram nomeados em menos de 2 (dois) anos de mandato 4 (quatro) ministros para a pasta. Todos os exonerados deixaram o cargo após escândalos pela falta sua falta de competência técnica e/ou decoro.

Primeiro ministro nomeado: Ricardo Vélez Rodríguez 01/01/2019 – 09/04/2019, graduado em filosofia e teologia, mestre em filosofia. O Ministro caiu em razão de sucessivos escândalos que se estendiam desde seu currículo – o qual o jornal nexo¹² encontrou 22 (vinte e duas inconsistências), passando sobre suas espúrias declarações sobre os brasileiros. Em entrevista ao Valor Econômico¹³ “afirmou que pretendia mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nos livros didáticos, "[...] para dar uma visão mais ampla da história [...]". Já em entrevista a Veja¹⁴ afirmou “[...] o brasileiro, viajando, é um canibal [...]”: “[...] rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola [...]”.

Mas a maior demonstração da sua incompetência e proselitismo político foi a mensagem que deveria ser enviada a todos as escolas do país "*Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!*". Replicando o bordão do Presidente nas eleições de 2018. Esta carta deveria ser lida perante os alunos, professores e funcionários das escolas, "*todos perfilados diante da*

¹² Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2019/03/20/Estes-s%C3%A3o-os-22-erros-no-curr%C3%ADculo-Lattes-do-ministro-da-Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 08 de julho de 2020.

¹³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47742413>. Acesso em 08 de julho de 2020.

¹⁴ Idem, ibidem.

bandeira nacional (se houver)" e "Que seja executado o hino nacional" e "que um representante da escola filme trechos curtos"¹⁵.

O segundo Ministro da Educação nomeado por Bolsonaro foi Abraham Weintraub, formado em economia, é mestre em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas, foi professor da Universidade Federal de São Paulo, onde orientou apenas um estudante desde 2014¹⁶. Segundo o resumo informado pelo próprio em seu Currículo Lattes:

Executivo do mercado financeiro, com mais de vinte anos de experiência, tendo atuado como Sócio na Quest Investimentos, Diretor Estatutário do Banco Votorantim, CEO da Votorantim Corretora no Brasil e da Votorantim Securities no Estados Unidos e na Inglaterra, além de ter sido economista chefe por mais de dez anos. Foi membro do comitê de Trading da BM & FBOvespa; conselheiro eleito da ANCORD; Membro do Comitê de Macroeconomia da Andima; representou o Votorantim nos encontros do FMI e do IDB. (LATTES, 2020).

Em sua breve passagem pelo MEC - 09 de abril de 2019 – 2020 – foi o centro de dezenas de polêmicas. Logo na posse afirmou “*A gente vai pacificar o MEC. E como funciona a paz? A paz a gente está decretando a partir de agora, que o MEC tem um rumo, uma direção e quem não estiver satisfeito com ela, por favor, avise, porque vai ser tirado.*”¹⁷ Uma de suas primeiras atitudes como Ministro foi “contingenciar” 30% da verba de custeios das Universidades Federais, lançou dúvidas sobre a idoneidade do Exame Nacional do Ensino Médio, pois cerca de 6 mil estudantes receberam notas erradas¹⁸.

Mas o que decidiu seu destino no governo Bolsonaro foram as declarações proferidas na famigerada reunião ministerial de 22 de abril de 2020 “[...]A ge... o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF [...]”¹⁹. Estas declarações levaram o então Ministro a ser envolvido no inquérito das *fake News* contra o Supremo Tribunal Federal, tendo sido intimado a depor perante a Polícia Federal. Como se não bastasse, no dia 27 de maio, durante operação da polícia federal no âmbito do referido inquérito Weintraub afirmou “[...] hoje foi o dia da infâmia, vergonha nacional, e será lembrado como a noite dos cristais brasileira. Profanaram nossos lares e estão nos sufocando. Sabem o que a grande imprensa oligarca/socialista dirá? SIEG HEIL! [...]”, o ex-ministro comparou a operação

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Informação obtida no Currículo Lattes do ex-ministro. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4973662Y9>. Acesso em 08 de julho de 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/18/depois-de-14-meses-no-cargo-abraham-weintraub-nao-e-mais-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em 08 de julho de 2020.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/eu-por-mim-botava-esses-vagabundos-todos-na-cadeia-comecando-no-stf-diz-ministro-da-educacao-em-reuniao.ghtml>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

policial a um dos episódios mais sangrentos do holocausto judeu na Alemanha, a noite dos cristais. Ocorrida em 10 de novembro de 1938, a repressão nazista promoveu a destruição de mais de 250 sinagogas, estabelecimentos comerciais de donos judeus foram incendiados, cerca de 91 judeus foram mortos e centenas foram presos²⁰. Em 14 de junho de 2020, participou de atos contra o STF em Brasília, já durante o período de isolamento social, sem usar máscara tendo sido multado e alguns dias depois anunciou a saída do governo.

Carlos Alberto Decotelli da Silva, não chegou a ser nomeado devido as “incoerências” em seu currículo. Em seu lugar tomou posse Milton Ribeiro graduado em Teologia e Direito, Mestrado em Direito e Doutorado em educação e Pastor da Igreja Presbiteriana, ligado à Universidade Mackenzie.²¹ Teria sido indicado pela ala militar,²² um dia após ser nomeado ministro, Milton Ribeiro apagou vídeo no qual apresentava suas ideias de “[...] usar a dor para educar as crianças [...]” realizada na Igreja Jardim da Oração em 2016²³.

Os últimos Ministros da Educação são economistas ou advogados, fato que possibilita uma série de reflexões, de modo particular, sobre como estratégias educativas podem ser desenvolvidas por sujeitos cuja formação difere do cargo. A situação educacional no Brasil permanece caótica, e pensando nos representantes tanto do CNE quanto do MEC é nítido o plano governamental estabelecido para a educação, conceituado no neoliberalismo que prejudicada principalmente os sujeitos da classe trabalhadora.

Vivemos hoje uma calamidade mundial, estamos lutando cotidianamente por direitos que haviam sido garantidos e hoje sofrem grandes ameaças de retrocessos. Ações do des/governo de Bolsonaro durante esses últimos meses referente à pandemia da COVID-19, demonstram os interesses dos gestores, representantes políticos do Brasil em salvar a economia em detrimento da saúde pública.

As ações advindas dos conselheiros do CNE em tempos de pandemia refletem o quadro governamental que vivenciamos atualmente. Seus representantes estão alinhados aos interesses dos governantes e do mercado o que se torna evidente na análise do Parecer nº 05/2020 do CNE.

²⁰ Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-foi-a-noite-dos-cristais-na-alemanha-nazista/>. Acesso em 08 de julho de 2020.

²¹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0281419629149039>. Acesso em 08 de julho de 2020.

²² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/podcast/milton-ribeiro-um-disciplinador-no-comando-do-mec/>. Acesso em 08 de julho de 2020.

²³ Idem, ibidem.

5 O PAPEL ESTRATÉGICO DO NEOLIBERALISMO NO PLANO POLÍTICO DA EDUCAÇÃO PRESENTE NO PARECER N° 05/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em 2020, com o surgimento da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) essa “crise” se tornou muito maior em relação aos anos anteriores, sendo utilizada pelo capital como justificativa das suas medidas hegemônicas, que passam a ser impostas de forma autoritária pelos governos em razão da impossibilidade física de atuação democrática por parte da sociedade, por receio de contaminação em massa. A frágil democracia burguesa se torna explicitamente autoritária, com o aval da sociedade atemorizada pela doença.

Um exemplo dessa restrição democrática é o texto redigido pelo Conselho Nacional de Educação no Parecer nº 05/2020. O documento norteador das ações relacionadas ao campo da educação durante a Pandemia no Brasil teve a participação de apenas 400 contribuições oriundas de organizações e instituições representativas de órgãos públicos e privados da área de educação, com algumas consultas a pais de alunos, além realização de webinários com setores da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE).

É válido ressaltar que o webnário citado foi promovido pelo movimento Todos pela Educação e o Banco Mundial²⁴. O parecer não cita quais teriam sido essas organizações e instituições representativas de órgãos públicos e privados da área de educação, nem quem seriam os pais de alunos ouvidos, muito menos disponibiliza a pauta dos webinários. Nessa suposta participação da sociedade nas discussões e construção da política pública para a educação nos tempos de enfrentamento a COVID-19, nota-se a fragilidade da representação social nos setores formadores das políticas sociais do Estado brasileiro.

A questão da falsa participação da sociedade é explicada por Pinheiro (2018, p.78):

[...] como historicamente a participação foi reduzida, possibilita-se que grupos respondam pelo todo, ou que experiências específicas de alguns institutos e fundações passem a servir de parâmetros para as políticas públicas mais amplas.

Nesse sentido, o movimento Todos pela Educação, organizador dos webinários, participa ativamente da formulação das ações sociais voltadas a educação. De acordo com Pinheiro (2018,

²⁴ UNDIME. Conselho Nacional de Educação prepara documentos para orientar escolas. Informação divulgada pelo próprio site da Undime. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/09-04-2020-08-54-conselho-nacional-de-educacao-prepara-documentos-para-orientar-escolas>. Acesso em 04 de julho de 2020.

p.82), o “[...] o movimento Todos Pela Educação possui capilaridade no meio empresarial e grande envergadura [...]” e “[...] entre seus representantes, pessoas e setores da sociedade de grande influência econômica, política e de comunicação/midiática [...]” que aparecem e apresentam soluções cada vez mais objetivas e diretas para os problemas educacionais, assumindo a responsabilidade de iniciar uma reforma educacional com vistas aos interesses empresariais e econômicos, além de descentralizar as responsabilidades dos entes federativos – em especial a esfera municipal, que dispõe de um maior quantitativo de escolas e, conseqüentemente, de matrículas, principalmente da educação básica – que têm dificuldades em manter suas estruturas tanto em razão de recursos humanos, quanto financeiros e gestacionais.

Uma das alternativas do neoliberalismo para a superação da crise capitalista é a introdução da lógica do mercado no Estado para a realização de ações que seriam de sua responsabilidade e se expande de forma mundial como uma forte tendência de investimento em educação. A partir disso, a função da educação é definida por padrões elaborados pela iniciativa privada e empresarial com vistas a formação do homem industrial, considerando os ideais de meritocracia, responsabilização e privatização (SILVA, 2001; NEVES, 2005; PERONI et al, 2009; PINHEIRO, 2018). Esses ideais levam ao consenso da sociedade, diante do discurso de eficiência e eficácia promovido pelo neoliberalismo, de que a escola irá melhorar com a iniciativa privada. Esse consenso é aprofundado durante a Pandemia em razão dos receios da possibilidade da contaminação em massa no retorno às aulas presenciais.

No Brasil, o Todos Pela Educação toma essa responsabilidade – que seria do Estado – para a resolução dos “problemas” que a educação pública enfrenta pela suposta “má gestão” da administração pública. Ainda que o sistema educacional não seja totalmente privatizado sua gestão deve levar em consideração, especialmente, os valores econômicos e de eficiência empresarial para a manutenção e exigências do mercado, e sempre que possível realizar parcerias público-privadas para a aquisição de materiais didáticos, programas e cursos de formação para os professores da rede pública.

Um dos maiores problemas atuais, devido a pandemia do COVID-19 é a reorganização do calendário escolar e imposição das atividades não presenciais. As aulas presenciais no Brasil foram suspensas desde março de 2020, sem previsão de retorno e desde então, estados e municípios vêm pensando formas de retorno sem prejuízo cognitivo e acadêmico para os alunos.

Com a participação social reduzida às experiências e avaliações de alguns poucos movimentos e fundações, em sua maioria privadas, foi aprovado o Parecer nº 05/2020 do CNE,

sem levar em consideração as condições de acesso e as desigualdades sociais que chegam a impossibilitar o acesso de boa parte do alunos às atividades não presenciais e o ensino remoto.

Apesar de em seu texto citar, pontualmente, as questões de acesso à educação por meio das tecnologias e das desigualdades sociais, o Parecer nº 05/2020 não oferece ou disponibiliza soluções propriamente ditas para a resolução desses problemas, deixando-as sob a responsabilidade dos estados e municípios.

Enquanto instrumento de manutenção da lógica capitalista, o Parecer nº 05/2020 salienta que é necessário garantir o atendimento educacional com vistas a atender as competências curriculares previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desdobrados nos currículos escolares, enquanto método para a diminuição dos impactos causados pela pandemia de COVID-19 na educação e a preservação do padrão de qualidade (BRASIL, 2020).

O discurso hegemônico do neoliberalismo ressignifica o adjetivo qualidade, nesse caso, associado à riqueza “e, como riqueza, trata-se de um conceito racional” e “quando um discurso se torna hegemônico [...] ele, sobretudo, desloca e reprime outras categorias, obscurece a memória popular” (SILVA, 2001, p. 21). Com o discurso da qualidade representado economicamente pela crescente privatização da educação, o deslocamento dos discursos de igualdade e da justiça confundem-se com os discursos neoliberais de meritocracia e modernização da educação.

A pandemia impossibilitou aglomerações de pessoas, apesar de não haver uma definição oficial por órgãos nacionais do que seria considerado aglomeração²⁵, é consenso que o funcionamento normal de uma sala de aula configura aglomeração. Para resolver o problema da continuidade da prestação educacional fora do ambiente escolar, e agora, dentro das casas dos alunos, o Conselho Nacional de Educação resolveu computar as aulas não presenciais como alternativas de cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9394/96, que determina que para a educação básica a carga horária anual de oitocentas horas, distribuídas em, no mínimo, duzentos dias letivos (art. 24).

De acordo com o Parecer nº 05/2020, “a realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono” (BRASIL,

²⁵ De acordo com o Dicionário Online de Português, o termo **Aglomeração** significa quantidade excessiva de coisas ou pessoas que estão reunidas num só local; multidão. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aglomeracoes/>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

2020), determina ainda que realização de tais atividades devam ser mediadas ou não por tecnologias digitais, sendo a solução mais possível, diante da atual conjuntura.

No entanto, o que se percebe é que o Parecer nº 05/2020 não determina alternativas plausíveis e acessíveis para os professores²⁶ que não seja a utilização de tecnologias digitais e que, portanto, não leva em consideração as sérias questões do acesso às tecnologias por parte significativa da população brasileira²⁷, decorrente das desigualdades sociais em um país que, em muitos lugares, não há nem condições de manter o mínimo de higiene para evitar a contaminação pelo novo coronavírus (SOUSA SANTOS, 2020), muito menos os recursos materiais necessários ao acesso e conectividade à internet.

O Conselho ignora o abismo tecnológico brasileiro ao não promover a materialização de políticas de acesso aos alunos mais excluídos. Desta forma age, ou melhor, deixa de agir, para possibilitar os direitos sociais básicos de acesso à educação desconsiderando o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que determina “todos têm direito à educação”; ao que estabelece a Constituição Federal do Brasil de 1988, “todos são iguais perante a lei” e, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, “o ensino deve ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos na escola”.

Nessa perspectiva, a pandemia nos mostra a realidade através de um viés caótico, em que os sujeitos se encontram em pânico e sem alternativas evidentes para que esta crise seja superada, além de demonstrar, de forma cruel, como o sistema capitalista aniquila os princípios da dignidade humana e reforça a exclusão social, a injustiça e a discriminação dos sujeitos menos favorecidos economicamente, inclusive por meio da educação.

A crise atual, intensificada pela Pandemia do Novo Coronavírus, acentua as desigualdades sociais que se incorpora com a ausência de políticas públicas voltadas para a equidade, transformando essa crise em uma catástrofe social. Nessa perspectiva, o Parecer nº 05/2020 do Conselho Nacional de Educação, reforça, sobretudo, os padrões de dominação do sistema capitalista.

Boaventura de Sousa Santos (2020, p.12), ao criticar os modos de dominação provenientes do neoliberalismo e do neoconservadorismo, afirma que o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação e, ao criticar a negligência das políticas públicas

²⁶ Visto que o professor, assim como os alunos, não seja expostos contaminação do COVID-19 – exercendo seu direito à vida e a saúde –, sendo subordinados a irem à escola para entregar materiais, sem haver aglomeração, considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS para se trabalhar em casa e em auto isolamento.

²⁷ Diga-se, os pais dos alunos que deverão ser os mediadores das atividades à distância.

sociais, declara que “todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado)”.

Com base nesses fundamentos, é fato que o referido parecer, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em abril de 2020, se configura enquanto um padrão de dominação do sistema capitalista para manter e aprofundar as desigualdades sociais e a dominação desse sistema para com a sociedade, além de impossibilitar que milhões de estudantes brasileiros exerçam seu direito fundamental à educação, acarretando inúmeros prejuízos para a formação acadêmica desses sujeitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1980 a educação brasileira vem sofrendo com a intensificação das ameaças neoliberais e suas estratégias de intervenção com vistas a implementação de um projeto pedagógico conservador que aniquila as perspectivas de uma educação humanística. O que se nota é a busca pela consolidação de um novo projeto de sociedade a partir da redefinição das responsabilidades do Estado (SILVA, 2001; NEVES, 2004). Essas responsabilidades são constantemente reduzidas ou entregues aos setores privados para exploração dos serviços públicos com interesses privados.

De acordo com Silva (2001, p.14) “[...] esse processo é parte de um processo internacional mais amplo [...]” que engloba, principalmente, a crise financeira permanente, como se nota, principalmente, desde o ano de 2008. Essa crise, segundo Santos (2020) é utilizada para justificar os crescentes cortes nas áreas de políticas sociais e/ou justificar a degradação dos salários dos profissionais das áreas da educação, saúde e previdência social. A crise, ao se tornar perene, se transforma também a justificativa para todos os problemas da sociedade, se torna o bode expiatório do capital contribuindo para a manutenção do sistema, da concentração de renda e justificando, inclusive, a constante degradação dos serviços prestados pelo Estado.

O modelo neoliberal se espraia por todos os aspectos da atividade do Estado, corrompendo e deturpando as relações públicas. Sobretudo nos setores relacionados as prestações estatais ativas direcionadas a concretização dos direitos sociais, o neoliberalismo impõe suas finalidades. Assim, o principal objetivo neoliberal para a educação é a formação de sujeitos para o mercado de trabalho e subordinados aos interesses empresariais e industriais.

Dessa forma, as escolas precisam, portanto, preparar seus alunos para a competitividade nos mercados nacionais e internacionais além de utilizar a educação como meio para a difusão de

ideais burgueses e em um espaço para se pensar a economia, a política e a sociedade fora dos contextos que justificam o câncer capitalista do sistema (SILVA, 2001).

As armas utilizadas pelos neoliberais para “resolver” a crise no sistema público – aqui descrito, principalmente o sistema educacional – é justamente retirar a educação institucionalizada do sistema público e entregá-la ao sistema privado, para tanto, se utilizam do discurso da ineficiência, má gestão e desperdício do financeiro por parte do poder público. Oferecem a solução neoliberal da gerência da qualidade total²⁸, “[...] para problemas técnicos, soluções técnicas, ou melhor, soluções políticas traduzidas como técnicas (tal como a privatização, por exemplo) [...]” (SILVA, 2001, p.19). Nesse sentido, difundem o tecnicismo da educação.

No Brasil, o tecnicismo vêm sendo parte da política pública para a educação desde a Ditadura Militar, com a criação de um discurso fantasioso de uma realidade criada pelo sistema neoliberal e neoconservador.

Com a ruptura democrática, ocasionada pelo golpe parlamentar midiático de 2016, os efeitos da agenda neoliberal foram ampliados em diversos setores do Estado, em especial os setores relacionados à prestação dos direitos sociais como saúde, previdência e educação.

Nessa nova conjuntura política e social CNE se tornou um espaço de disputa hegemônica desde a posse do governo interino do ex-Presidente Michel Temer. A mudança de seus membros, desconsiderando as indicações das entidades sociais possibilitou o aparelhamento do Conselho para que este se torne um difusor das políticas do capital para a educação.

Com a Pandemia COVID-19 em 2020 o Conselho passa a utilizar de suas prerrogativas para aprofundar a agenda neoliberal de privatização da educação sob o manto da urgência e desespero provocados pela peste. Antigas ideias de privatização e precarização, tais como o ensino remoto e aulas à distância, são ressuscitadas com o pretexto de combate ao Novo Coronavírus.

Assim, é preciso resistir aos avanços neoliberais no sistema educacional brasileiro, discutindo os problemas da educação e buscando soluções reais para eles, reconquistando os espaços de deliberações e confrontando o autoritarismo crescente na política e na sociedade brasileira.

²⁸ Tomaz Tadeu da Silva (2001, p.20) trata da Gestão da Qualidade Total em educação como “uma demonstração de que a estratégia neoliberal não se contentará em orientar a educação institucionalizada para as necessidades da indústria nem em organizar a educação em forma de mercado, mas que tentará reorganizar o próprio interior da educação, isto é, as escolas e as salas de aula, de acordo com os esquemas de organização do processo de trabalho”.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BEZERRA, V.; ARAÚJO, C. M. A reforma do ensino médio: privatização da política educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 603-618, jul./dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE n. 05**, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, p. 1-24, 28 abr. 2020.

CARVALHO, E. J. G. Arranjos de desenvolvimento da educação (ades): instrumento de soluções colaborativas para a educação ou uma nova estratégia de expansão e de controle do mercado educacional? **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 103-128, jan./abr. 2018.

CNTE. A privatização da educação no contexto do golpe institucional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 745-751, jul./dez. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R. Golpes de estado e educação no Brasil: a perpetuação da farsa. In: KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C.; (org). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

ORSO, P. J. A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-71, abr. 2017.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. D. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

PIOLLI, E. Mercantilização da educação, a reforma trabalhista e os professores: o que vem por aí? In: KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C.; (org). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

PINHEIRO, Dalessandro de Oliveira. **O "movimento Todos Pela Educação"**: o público, o privado e a disputa dos projetos educacionais no Brasil. Orientador: Prof^a Dra. Mônica Ribeiro da

Silva. 2014. 314 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. *In*: GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões críticas**. 10°. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. cap. 1, p. 10-29. ISBN 85.326.1308-X.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020, p.32. ISBN 978-972-40-8496-1.

ANPED. CNE Conselheiros avaliam que revogação de indicações mostra ato antidemocrático do governo. **ANPED**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/cne-conselheiros-avaliam-que-revogacao-de-indicacoes-mostra-ato-antidemocratico-do-governo>. Acesso em 03 de agosto de 2020. Acesso em 19 de agosto de 2020.

ALVES, Cíntia. Temer desmonta metade do Conselho Nacional de Educação a pedido de Mendonça Filho. **Jornal GGN**, 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/temer-desmonta-metade-do-conselho-nacional-de-educacao-a-pedido-de-mendonca-filho/>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

BASILIO, Ana Luiza; ELOY, Denise; DAHER, Júlia. 100 dias de governo Bolsonaro e a educação: o que aconteceu até agora. **De Olho nos Planos**, 2019. Disponível em: <https://www.deolhonosplanos.org.br/100-dias-bolsonaro-educacao/>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 03 de agosto de 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 de agosto de 2020.

CONHEÇA a nova composição do CNE. **Movimento Pela Base**, 2018. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/acontece/conheca-nova-composicao-do-cne/>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

CONSELHO Nacional de Educação – CNE. **Portal MEC**, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/qwyzF. Acesso em: 06 de julho de 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

FERREIRA, Anna Rachel. Entenda o que muda no Conselho Nacional de Educação. **Nova Escola**, 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/381/entenda-o-que-muda-conselho-nacional-educacao>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

G1. **'Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF', diz ministro da Educação em reunião.** Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/eu-por-mim-botava-esses-vagabundos-todos-na-cadeia-comecando-no-stf-diz-ministro-da-educacao-em-reuniao.ghtml>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

GOVERNO Temer segue com o desmonte da Educação. **Sinpro Campinas**, 2016. Disponível em: <http://www.sinprocampinas.org.br/noticias/noticias/governo-temer-segue-com-o-desmonte-da-educacao/>. Acesso: em 05 de julho de 2020.

IILHÉU, Taís. **O que foi a Noite dos Cristais na Alemanha nazista?** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-foi-a-noite-dos-cristais-na-alemanha-nazista/>. Acesso em 08 de julho de 2020.

JORNAL NACIONAL. **Depois de 14 meses no cargo, Abraham Weintraub não é mais ministro da Educação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/18/depois-de-14-meses-no-cargo-abraham-weintraub-nao-e-mais-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em 08 de julho de 2020.

LATTES. **Abraham Weintraub.** Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4973662Y9>. Acesso em 08 de julho de 2020.

TEMER dá novo golpe e desmonta Conselho Nacional de Educação. **PT no Senado**, 2016. Disponível em: <https://ptnosenado.org.br/temer-da-novo-golpe-e-desmonta-conselho-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 05 de julho de 2020

SAYURI, Juliana. **Estes são os 22 erros no currículo lattes do ministro da educação.** Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/reportagem/2019/03/20/Estes-s%C3%A3o-os-22-erros-no-curr%C3%ADculo-Lattes-do-ministro-da-Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 08 de julho de 2020.

SINPRO. UNE emite nota sobre o desmonte do Conselho Nacional de Educação. **Sinpro Goiás**, 2016. Disponível em: <https://sinprogoias.org.br/une-emite-nota-sobre-o-desmonte-do-conselho-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

TOKARNIA, Mariana. Entidades educacionais temem retrocesso com nova composição do CNE. **Rede Brasil Atual**, 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/07/entidades-educacionais-temem-retrocesso-em-pautas-com-nova-composicao-do-cne-1732/>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

TOKARNIA, Mariana. Temer revoga a nomeação de 12 conselheiros de educação feita por Dilma. **Agência Brasil**, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/temer-revoga-nomeacao-de-12-conselheiros-de-educacao-feita-por-dilma>. Acesso em: 05 de julho de 2020.